



SIMULADO

NÍVEL SUPERIOR





LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01- O candidato recebeu o seguinte material:

- a) Este Caderno de Questões, com o enunciado das 60 (Sessenta) questões objetivas, sem repetição ou falha.

Direitos Humanos	05 questões
Ética no Serviço Público	10 questões
Direito Constitucional	10 questões
Direito Administrativo	10 questões
Administração Geral	10 questões
Administração Pública	10 questões
Gestão de Pessoas	05 questões

- b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia da sua prova. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

DIREITOS HUMANOS

1. Uma associação de moradores de uma comunidade urbana periférica iniciou um projeto para acompanhar e influenciar a elaboração de políticas públicas locais, especialmente nas áreas de habitação, saneamento e transporte. O grupo atua com base em assembleias comunitárias e busca consolidar canais permanentes de diálogo com o poder público, defendendo a participação direta da população nas decisões que afetam a coletividade. Considerando o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), essa atuação é mais coerente com qual dos seguintes eixos orientadores?

- A) Educação e Cultura em Direitos Humanos, voltado à formação crítica em direitos por meio das instituições de ensino e da educação não formal.
- B) Universalização de direitos em contexto de desigualdade, focado no enfrentamento de desigualdades estruturais e na garantia da igualdade na diversidade.
- C) Segurança Pública e Acesso à Justiça, centrado na modernização do sistema penitenciário e na redução da letalidade policial.
- D) Interação democrática entre Estado e sociedade civil, que busca fortalecer a democracia participativa por meio de diálogo estruturado com a população.
- E) Direito à Memória e à Verdade, dedicado ao reconhecimento de violações históricas e à preservação da memória como forma de reparação.

2. Durante visita a um centro de detenção provisória, uma comissão de defesa dos direitos humanos encontrou um preso que alegava nunca ter sido informado formalmente do motivo de sua prisão, tampouco havia sido apresentado a um juiz, mesmo após vários dias de reclusão. Além disso, não possuía advogado, nem havia recebido qualquer assistência jurídica do Estado. À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

A) A situação relatada é compatível com o princípio da segurança pública, podendo ser justificada pela gravidade presumida do delito investigado.

B) A ausência de apresentação do detido a um juiz configura violação ao direito de presunção de inocência, mas não interfere no devido processo legal.

C) A falta de informação sobre os motivos da prisão e o não acesso ao juiz violam garantias previstas no artigo 7, sendo que a assistência jurídica estatal é opcional.

D) A ausência de defensor não viola a Convenção, desde que haja expectativa de julgamento futuro com base em provas lícitas.

E) A situação apenas configura violação se for demonstrado que houve coação para obtenção de confissão ou que o réu foi obrigado a se declarar culpado.

3. Durante uma audiência pública, um defensor público federal explicou a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no Sistema Interamericano de proteção. Afirmou que qualquer pessoa ou grupo, vítima de violação de direitos por um Estado-Parte, pode recorrer à Comissão, desde que cumpridos alguns critérios. Também destacou que a Comissão pode atuar preventivamente, orientando os Estados sobre boas práticas em direitos humanos, e que suas decisões não estão limitadas apenas ao julgamento de casos concretos. Considerando o que dispõe a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

A) A atuação da Comissão se restringe à análise de denúncias entre Estados-Parte, desde que ambos tenham reconhecido sua competência jurisdicional.

B) A Comissão pode atuar por iniciativa própria, independentemente de denúncias ou comunicações formais, instaurando inquéritos em qualquer Estado-Membro.

C) Qualquer pessoa ou entidade pode apresentar denúncia à Comissão, e a petição será admitida mesmo sem o esgotamento dos recursos internos do país denunciado.

D) A Comissão pode estimular a consciência em direitos humanos, formular recomendações aos Estados e receber denúncias de indivíduos ou grupos, observando requisitos de admissibilidade.

E) O sistema interamericano exige, como regra geral, que os denunciante ingresses primeiro com petição na Corte Interamericana, que depois envia o caso à Comissão.

4. Em um processo de licenciamento ambiental para a construção de uma estrada em área habitada por povo indígena, o órgão público responsável não realizou qualquer consulta prévia à comunidade afetada. Posteriormente, alegou que a obra era de interesse público e que os indígenas não estavam organizados formalmente para fins de representação. À luz da Convenção nº 169 da OIT, aplicável ao Brasil, tal conduta:

- A) Está correta, pois em casos de interesse público, a consulta prévia é dispensável, sobretudo quando a comunidade não está legalmente organizada.
- B) Está parcialmente correta, pois a consulta prévia só é exigida se houver risco de remoção compulsória das comunidades afetadas.
- C) Está parcialmente correta, pois a consulta pode ser feita após o início das obras, desde que não se comprovem danos ambientais irreversíveis.
- D) Está correta, pois não há previsão específica para consulta em casos de obras públicas de infraestrutura nacional.
- E) Está incorreta, pois qualquer medida que afete diretamente os povos indígenas exige consulta formal e estruturada, inclusive por meio de suas instituições representativas.

5. Durante uma aula sobre justiça de transição, um professor destacou que a Comissão Nacional da Verdade, instituída no Brasil em 2011, representou uma importante iniciativa estatal voltada à reconstrução da memória histórica e ao reconhecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura civil-militar. Considerando as disposições da Lei nº 12.528/2011, é correto afirmar que:

- A) A Comissão tinha caráter jurisdicional e poderia encaminhar à Justiça Federal denúncias formais contra autores de violações de direitos humanos.
- B) O papel da Comissão limitava-se à análise de documentos públicos, sendo vedada a realização de audiências, diligências ou requisições de informação sigilosa.
- C) Os trabalhos da Comissão envolveram medidas persecutórias e punitivas, com ênfase em

responsabilização penal direta de agentes públicos e militares.

D) A Comissão foi composta exclusivamente por servidores públicos federais, indicados pelo Congresso Nacional, e vinculada ao Ministério da Justiça.

E) A atuação da Comissão incluiu o recebimento de testemunhos e a requisição de informações sigilosas, sem caráter persecutório, com o objetivo de promover o direito à memória, à verdade e à reconciliação nacional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

6. Com base nas disposições constantes na Lei nº 12.527/11, analise os conceitos fornecidos a seguir:

I- dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II- qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

III- qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

IV- unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

V- conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos seguintes:

- A) Documento; informação; integridade; primariedade; disponibilidade.
- B) Informação; disponibilidade; primariedade; documento; tratamento da informação.

- C) Autenticidade; integridade; informação pessoal; tratamento da informação; documento.
- D) Informação; informação sigilosa; informação pessoal; tratamento da informação; primariedade.
- E) Integridade; documento; informação sigilosa; autenticidade; informação pessoal.

7. No que diz respeito ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitai, julgue os itens abaixo:

- I- Estabelecer padrões para as práticas e as medidas de integridade, transparência e acesso à informação é um dos objetivos do Sitai.
- II- Elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade é competência do órgão central do Sitai.
- III- Orientar as atividades relativas à gestão dos riscos para a integridade é competência do órgão central do Sitai.
- IV- Propor ações e medidas, no âmbito do órgão ou da entidade, a partir das informações e dos dados relacionados com a gestão do programa de integridade é competência das unidades setoriais do Sitai.
- V- O Sitai atuará de forma complementar e integrada aos demais sistemas estruturadores, principalmente aqueles que coordenem as atividades de instâncias que lhe prestem apoio, de forma a evitar a sobreposição de esforços, racionalizar os custos e melhorar o desempenho e a qualidade dos resultados.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I, III, IV e V.
- B) II, III, IV e V.
- C) II e III.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II e III.

8. O artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, prevê que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Com base nas previsões constitucionais que disciplinam a Administração Pública é incorreto afirmar que:

A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

B) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

C) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

D) Lei complementar reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

E) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a

participação de qualquer delas em empresa privada.

9. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994. Dentre suas disposições, são deveres fundamentais do servidor público, exceto:

A) Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário.

B) Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

C) Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.

D) Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

E) Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

10. A Lei nº 14.129/2021 dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão. Ao realizar uma pesquisa acadêmica sobre o assunto para seu trabalho de conclusão de curso, Leila encontrou que o conceito de autosserviço corresponde ao seguinte:

A) Acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana.

B) Base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços.

C) Dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica.

D) Qualquer dado gerado ou acumulado pelos entes públicos que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

E) Formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

11. Determinado órgão público recebeu informação capaz de colocar em risco a segurança do Presidente da República. Assim, é certo que:

A) A referida informação será classificada como ultrassecreta.

B) A informação obtida pelo órgão público é classificada como reservada, tendo como prazo máximo de restrição de acesso 15 anos.

C) Terminado o prazo de 25 anos, a informação automaticamente se tornará pública.

D) A referida informação será classificada como secreta.

E) A informação é classificada como reservada, e ficará sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

12. O Comitê Interministerial de Governança - CIG tem por finalidade assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal. Com fundamento nas previsões existentes no Decreto nº 9.203/2017, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I- O Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União não é membro titular do CIG.

II- O quórum de reunião do CIG é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

III- Os grupos de trabalho do CIG não poderão ter mais de 4 membros.

IV- A Secretaria-Executiva do CIG será exercida pela Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, mas a participação no CIG ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, e remunerada.

V- As reuniões do CIG serão convocadas pelo seu coordenador, que é o Ministro de Estado da Economia.

- A) Todos os itens estão certos.
- B) Apenas os itens II e III estão errados.
- C) Todos os itens estão errados.
- D) Apenas o item V está certo.
- E) Apenas o item IV está errado.

13. Carla, estagiária de um escritório de advocacia, recebeu a incumbência de seu chefe de elaborar um resumo sobre a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal instituída pelo Decreto nº 11.529/23. Durante sua pesquisa, Carla identificou, corretamente, que:

- A) A transparência ativa será realizada por sistema eletrônico específico para registro e atendimento de pedidos de acesso à informação direcionados aos órgãos e às entidades da administração pública federal.
- B) A transparência passiva será realizada por meio da divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- C) A Controladoria-Geral da União é responsável pela gestão do Portal Brasileiro de Dados Abertos.
- D) Os órgãos e as entidades fornecerão acesso aos dados necessários para a manutenção e a atualização do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, nos prazos e nas formas acordadas com a Controladoria-Geral da União, mediante o pagamento de taxas.

E) A Controladoria-Geral da União manterá o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal apenas para divulgar dados e informações sobre a gestão de recursos públicos.

14. Acerca das Comissões de Ética previstas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta:

- A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- B) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de demissão.
- C) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado diretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- D) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, com retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

E) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

15. Ao dispor sobre o Governo Digital, a Lei nº 14.129/21 prevê que:

- A) O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, exclusivamente, por meio do autosserviço.
- B) A guarda dos documentos digitais e dos processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia.
- C) Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, exceto se o envio for assinado eletronicamente.
- D) Apenas o Ministério Público poderá apresentar pedido de abertura de bases de dados da administração pública, que deverá conter os dados de contato do requerente e a especificação da base de dados requerida.
- E) No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias, contado de sua ciência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Sobre o direito ao exercício da livre manifestação do pensamento é incorreto afirmar que:

- A) veda a censura, ainda que indireta.
- B) não ampara o direito ao esquecimento.
- C) não protege o discurso discriminatório.
- D) se sobrepõe ao direito a intimidade de pessoas públicas.
- E) permite a produção de biografias, mesmo quando não autorizadas.

17. Pedro, um estudante de direito constitucional, busca consolidar seu entendimento sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Após uma análise cuidadosa do Título I da Carta Magna, ele corretamente identifica que o ordenamento jurídico brasileiro adota, primordialmente:

- A) Uma forma de governo monárquica, com a chefia do Estado exercida de forma vitalícia e hereditária.
- B) Uma estrutura de poder unitária, caracterizada pela centralização das decisões políticas e administrativas na esfera federal.
- C) Um regime político totalitário, marcado pela supressão das liberdades individuais e pela concentração de poder em um único partido.
- D) Uma organização estatal federativa, marcada pela união indissolúvel de estados, municípios e do Distrito Federal, dotados de autonomia política.
- E) Um sistema de governo parlamentarista, onde o Chefe de Governo é distinto do Chefe de Estado e o primeiro é responsável perante o Poder Legislativo.

18. Um grupo de cidadãos de Fortaleza, Ceará, constata que a prefeitura municipal celebrou um contrato com uma empresa de construção civil com notórios indícios de superfaturamento e favorecimento indevido, causando prejuízo aos cofres públicos. Qual o instrumento constitucional adequado para que esses cidadãos possam buscar a anulação desse ato lesivo ao patrimônio público?

- A) Ação Popular
- B) Habeas Corpus
- C) Direito de Petição
- D) Mandado de Injunção
- E) Mandado de Segurança Coletivo

19. No contexto da federação brasileira, um debate acalorado surge em torno da distribuição de competências legislativas entre a União e os estados. Um determinado estado da federação decide legislar sobre normas gerais de proteção ao meio ambiente em seu território, alegando a

necessidade de adaptar a legislação às peculiaridades ecológicas regionais. Diante dessa situação hipotética e considerando a organização do Estado prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- A) A competência para legislar sobre normas gerais de proteção ao meio ambiente é exclusiva da União, não sendo permitido aos estados suplementar essa legislação para atender a suas especificidades.
- B) Os municípios, por terem autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, podem estabelecer normas de proteção ao meio ambiente que se sobreponham às leis estaduais e federais em seus respectivos territórios.
- C) Os estados possuem competência legislativa plena para dispor sobre todos os assuntos de interesse regional, incluindo a proteção ao meio ambiente, sem a necessidade de observar normas gerais estabelecidas pela União.
- D) A competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais e aos demais entes federativos suplementar essa legislação.
- E) Caso a legislação estadual sobre proteção ao meio ambiente seja mais restritiva que a norma geral estabelecida pela União, ela será considerada inconstitucional por violar o princípio da uniformidade legislativa em todo o território nacional.

20. A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013, adentrou o nosso ordenamento jurídico como:

- A) lei ordinária.
- B) lei complementar.
- C) norma supralegal.
- D) equivalente a uma norma constitucional.
- E) equivalente a uma norma supraconstitucional.

21. No cenário político agitado da República Federativa do Brasil, o Presidente da República,

eleito democraticamente, encontra-se diante de um impasse crucial. Uma lei ordinária recém-aprovada pelo Congresso Nacional, que trata de uma política pública de grande impacto social, é considerada inconstitucional pelo Chefe do Executivo. Diante dessa situação hipotética, e considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca do Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

- A) O Presidente da República, ao se deparar com uma lei que considera inconstitucional antes de sancioná-la, pode exercer o controle de constitucionalidade preventivo, vetando o projeto de lei.
- B) O Presidente da República é obrigado a sancionar a lei ordinária, mesmo que a considere inconstitucional, em respeito ao princípio da separação dos poderes e à soberania do Congresso Nacional.
- C) Caso o Presidente da República vete totalmente a lei ordinária por considerá-la inconstitucional, o Congresso Nacional não poderá derrubar o veto, prevalecendo a decisão do Chefe do Executivo em defesa da Constituição.
- D) Em situações de grave ameaça à ordem constitucional, o Presidente da República pode, por meio de decreto autônomo, suspender a eficácia da lei ordinária até que o Supremo Tribunal Federal se manifeste sobre sua constitucionalidade.
- E) A promulgação da lei ordinária, mesmo após o veto presidencial ter sido derrubado pelo Congresso Nacional, é ato discricionário do Presidente da República, que pode se recusar a fazê-lo caso persista em sua convicção de inconstitucionalidade.

22. Constitui exercício de função atípica:

- A) a elaboração de regimento interno pela Câmara dos Deputados.
- B) o julgamento anual das contas do Presidente da República, pelo Congresso nacional.
- C) o exercício da direção superior da administração pública pelo Presidente da República.

D) o julgamento do presidente da República, pelo Supremo Tribunal Federal, na prática de crime comum.

E) a adoção de medida provisória por parte do Presidente da República em caso de urgência e relevância.

23. A busca pela igualdade se faz presente como objetivo fundamental em nosso ordenamento jurídico. Sobre a Igualdade formal ou jurídica, podemos afirmar que constitui um direito fundamental de:

- A) 1ª Geração ou Dimensão.
- B) 2ª Geração ou Dimensão.
- C) 3ª Geração ou Dimensão.
- D) 4ª Geração ou Dimensão.
- E) 5ª Geração ou Dimensão.

24. Em um município fictício chamado "Esperança Nova", a comunidade local está mobilizada para as próximas eleições municipais. Diversos cidadãos manifestam interesse em participar ativamente do processo democrático, seja como candidatos, seja como eleitores engajados. Nesse contexto, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para todos os cidadãos brasileiros, incluindo os analfabetos e os maiores de 70 anos.
- B) Um cidadão brasileiro nato, com 20 anos de idade e pleno exercício dos seus direitos, pode candidatar-se ao cargo de vereador no município de Esperança Nova.
- C) Estrangeiros residentes há mais de cinco anos no Brasil e maiores de 16 anos podem se alistar como eleitores em Esperança Nova, desde que comprovem vínculo empregatício na região.
- D) A perda dos direitos políticos de um cidadão de Esperança Nova somente pode ocorrer por decisão judicial transitada em julgado, em casos de condenação criminal com pena privativa de liberdade.
- E) A inelegibilidade superveniente de um candidato a prefeito de Esperança Nova, ocorrida após o registro de sua candidatura, impede a sua

participação no pleito, sendo necessária a convocação de novas eleições.

25. NÃO é um direito fundamental expressamente previsto na Constituição Federal de 1988:

- A) o devido processo legal.
- B) a presunção de inocência.
- C) ao duplo grau de jurisdição.
- D) a inafastabilidade jurisdicional.
- E) o fundo de garantia do tempo de serviço.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Daniel, ocupante de cargo efetivo, foi nomeado para ocupar cargo de assessoria no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Logo, sabe-se que Daniel é um:

- A) Servidor público em cargo de confiança.
- B) Empregado público celetista.
- C) Particular em colaboração em cargo em comissão.
- D) Servidor público em função de confiança.
- E) Agente honorífico como funcionário público.

27. Acerca das agências executivas e reguladoras, assinale a alternativa incorreta.

- A) As agências reguladoras, ou seja, as autarquias em regime especial, são entes que possuem personalidade jurídica própria.
- B) As agências reguladoras são entes descentralizados e são submetidas ao poder hierárquico.
- C) As agências executivas existem para a execução efetiva de certas atividades administrativas típicas de Estado.
- D) As prerrogativas diferenciadas destinam-se às autarquias em regime especial denominadas agências reguladoras.
- E) As agências instituídas pelo Poder Público com intuito de otimizar recursos, reduzir custo e melhorar a prestação de serviços recebem o nome de agências executivas.

28. Considere o seguinte comentário de MARCELO ALEXANDRINO: “Tal processo ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio dos órgãos e agente integrantes da denominada Administração direta.” Nesse caso, o autor está se referindo a:

- A) Desconcentração.
- B) Descentralização por outorga.
- C) Centralização.
- D) Especialização.
- E) Descentralização por delegação.

29. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de instrumento de controle político da Administração Pública.

- A) Mandado de Segurança.
- B) Recurso Administrativo.
- C) Pedido de informação.
- D) Comissão Parlamentar de Inquérito.
- E) Reclamação Administrativa.

30. O regime jurídico administrativo é pautado pelos princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, por tratar das relações verticais entre Estado e o particular. Para isso, a Administração dispõe de poderes especiais para estabelecer essa relação, sendo irrenunciáveis. Sobre a temática, assinale a alternativa que descreve um dos atributos do Poder de Polícia.

- A) Coercibilidade: execução de atos podem ocorrer imediatamente ou diretamente, sem prévia intervenção judicial. A essa característica ressalva-se, ainda, que os meios de coerção podem ser diretos (executoriedade) ou indiretos (exigibilidade).
- B) Autoexecutoriedade: possibilidade da executoriedade de sanções sem anuência do particular (ex.: apreensão ou destruição de objetos, embargo ou interdição de estabelecimentos, etc).
- C) Finalidade: presente em atos vinculados, pois a lei determina que o objetivo em sentido amplo da

Administração é o interesse público, sendo, ainda, pautado pelo princípio da impessoalidade.

D) Discricionariedade: razoável margem de atuação da Administração Pública dentro das limitações previstas em lei (quais sanções e como serão aplicadas).

E) Forma: é a exteriorização do ato, estando presente em atos vinculados e discricionários. Em regra, a forma de um ato será escrita, exceto quando outras formas estiverem previstas em lei.

31. Acerca da temática de controle da Administração Pública, analise os itens a seguir:

I. Os servidores responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, procederão com a respectiva apuração, sendo prescindível a comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União.

II. O controle exercido pelo Congresso Nacional, quanto aos atos normativos praticados pelo Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar, consubstancia-se em controle externo.

III. O Poder Judiciário, de ofício ou a requerimento da parte, poderá anular um ato praticado pelo Poder Executivo, desde que eivado com manifesto vício de legalidade.

- A) Se somente a assertiva I estiver correta.
- B) Se somente a assertiva II estiver correta.
- C) Se somente a assertiva III estiver correta.
- D) Se somente as assertivas I e III estiverem corretas.
- E) Se todas as assertivas estiverem corretas.

32. A respeito de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) A condenação por improbidade administrativa importará na cassação dos direitos políticos, prisão domiciliar e ressarcimento ao erário.
- B) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

C) Para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, exige-se a instauração prévia de procedimento administrativo.

D) É exemplo de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

E) As penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa somente poderão ser aplicadas caso o responsável pelo ato improprio também tenha sofrido condenação criminal pelos mesmos fatos.

33. A responsabilidade civil da administração pública, em relação aos danos que causar a terceiros, é do tipo:

A) Objetiva, não dependendo da perquirição de culpa.

B) Subsidiária e objetiva, quando empresas públicas.

C) Objetiva ou subjetiva, conforma a teoria do risco integral.

D) Solidária, quando causada por pessoa jurídica delegatária prestadora de serviço público.

E) Subjetiva, dependendo da culpa de seus agentes.

34. Luiz, Médico Psiquiatra no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, teve um desentendimento com Joaquim, Psicólogo, durante uma partida de futebol. Algumas semanas depois, Joaquim atrasou-se para o trabalho, ocasião em que Luiz editou ato que removia Joaquim para outro município.

No caso em tela, resta configurado:

A) manifestação do poder hierárquico, visto que Luiz é superior hierárquico de Joaquim.

B) manifestação do poder disciplinar no que tange punição equivalente à infração disciplinar cometida por Joaquim.

C) abuso de poder por desvio de finalidade do interesse público.

D) abuso de poder na modalidade excesso de poder.

E) vício de motivo, pois a remoção não deveria ser aplicada como sanção para o atraso de Joaquim e sim uma advertência.

35. Acerca da temática do mecanismo de convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

A) O instituto da convalidação dos atos administrativos é consequência natural do princípio da autotutela.

B) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

C) Pode ocorrer através da reforma, ratificação ou conversão de atos administrativos viciados.

D) A convalidação apresenta efeitos retroativos que atingem o ato desde sua edição, os chamados efeitos “ex tunc”, com exceção dos atos que ensejam direito adquirido aos particulares de boa fé.

E) A forma de um ato administrativo, quando eivado de vício, pode ser convalidado através da ratificação.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

36. O planejamento estratégico é uma ferramenta crucial para determinar os rumos de uma organização. Ele define os objetivos de longo prazo e as ações necessárias para alcançá-los. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente o papel do planejamento estratégico?

A) O planejamento estratégico é uma técnica utilizada apenas para planejar as operações do dia a dia da empresa.

B) O planejamento estratégico envolve o desenvolvimento de metas de curto prazo, sem considerar o ambiente externo, que não é controlável.

C) O planejamento estratégico é um processo contínuo de análise e ação que busca alinhar os

recursos e capacidades da organização com as oportunidades do mercado.

D) O planejamento estratégico é realizado apenas pela alta gestão, sem a participação dos colaboradores.

E) O planejamento estratégico é um processo único e pontual, não necessitando de revisões periódicas.

37. O planejamento operacional está diretamente relacionado à execução das atividades diárias de uma organização. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente as características do planejamento operacional?

A) O planejamento operacional é feito exclusivamente para planejar os objetivos estratégicos de longo prazo da empresa.

B) O planejamento operacional se concentra nas ações de curto prazo e na alocação de recursos necessários para a execução das atividades diárias.

C) O planejamento operacional visa ao desenvolvimento de uma estratégia corporativa, sem considerar os recursos internos da organização.

D) O planejamento operacional envolve a definição de estratégias de marketing de longo prazo para a empresa.

E) O planejamento operacional é pouco relevante para empresas que já possuem um planejamento estratégico sólido.

38. Em uma organização, a gestão de projetos busca garantir a entrega de resultados específicos dentro de um prazo e orçamento definidos. Assinale a alternativa que descreve corretamente os principais aspectos da gestão de projetos.

A) A gestão de projetos foca exclusivamente na execução do projeto, sem considerar o planejamento e o monitoramento.

B) A gestão de projetos envolve a definição de um cronograma, a alocação de recursos e o controle de custos, visando o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

C) A gestão de projetos se concentra na execução

técnica, não tendo foco na qualidade do produto final.

D) A gestão de projetos é irrelevante quando o projeto é pequeno e de baixo custo.

E) A gestão de projetos é um processo linear e único, que não exige ajustes durante a execução.

39. A gestão de processos é fundamental para a melhoria contínua das operações em uma organização. Assinale a alternativa correta sobre a gestão de processos.

A) A gestão de processos se concentra apenas na criação de novos processos, sem necessariamente revisar os processos existentes.

B) A gestão de processos envolve a identificação, análise e melhoria contínua dos processos, visando aumentar a eficiência e reduzir desperdícios.

C) A gestão de processos é menos relevante em empresas de grande porte, que já têm uma estrutura organizada.

D) A gestão de processos foca apenas na redução de custos e não considera a qualidade do produto ou serviço.

E) A gestão de processos é um processo único e pontual, sem necessidade de revisão ou melhoria contínua.

40. A estrutura organizacional de uma empresa define como as tarefas e responsabilidades são divididas e como a comunicação ocorre dentro da organização. Qual das alternativas a seguir descreve melhor a função da estrutura organizacional?

A) A estrutura organizacional define o organograma, sem ter foco na distribuição de recursos humanos.

B) A estrutura organizacional determina a hierarquia, os fluxos de trabalho e as responsabilidades dentro da organização.

C) A estrutura organizacional está restrita às pequenas empresas, pois as grandes organizações não necessitam de um organograma formal.

D) A estrutura organizacional é uma ferramenta fixa e não precisa ser alterada durante o ciclo de vida da empresa.

E) A estrutura organizacional é irrelevante, desde que os colaboradores saibam suas funções de forma intuitiva.

41. A departamentalização é o processo de divisão de uma organização em diferentes unidades ou departamentos. Sobre os tipos de departamentalização, assinale a alternativa correta.

A) A departamentalização funcional é baseada apenas na divisão de tarefas administrativas, sem considerar as funções operacionais.

B) A departamentalização geográfica organiza a empresa de acordo com a localização de seus clientes e fornecedores.

C) A departamentalização por produtos ou serviços é a mais comum em empresas de grande porte, sem levar em conta a especialização.

D) A departamentalização por processos visa separar os departamentos pela linha de produtos, sem considerar as operações internas da organização.

E) A departamentalização por clientes agrupa atividades relacionadas ao atendimento das necessidades específicas dos clientes, independentemente de sua localização.

42. A cultura organizacional reflete os valores, crenças e comportamentos que influenciam como os membros de uma organização interagem. Sobre a cultura organizacional, assinale a alternativa correta.

A) A cultura organizacional é rígida e não permite alterações ao longo do tempo, sendo sempre estável.

B) A cultura organizacional é formada apenas por aspectos tangíveis, como regras e normas formais.

C) A cultura organizacional influencia o comportamento dos colaboradores, ajudando a estabelecer uma identidade para a organização.

D) A cultura organizacional é facultativa quando a empresa tem uma gestão eficiente e processos bem definidos.

E) A cultura organizacional tem foco nas ações dos líderes e não afeta os demais membros da organização.

43. As mudanças organizacionais referem-se a modificações nos processos, estrutura ou cultura de uma empresa. Sobre a gestão de mudanças organizacionais, assinale a alternativa correta.

A) Mudanças organizacionais são sempre rápidas e podem ser implementadas sem a necessidade de planejamento prévio.

B) A gestão de mudanças deve ser conduzida apenas pela alta administração, sem a participação dos funcionários.

C) Mudanças organizacionais exigem uma abordagem cuidadosa, com planejamento adequado para minimizar a resistência dos colaboradores e garantir o sucesso da implementação.

D) Mudanças organizacionais não necessitam de comunicação clara, pois os funcionários se adaptam de forma intuitiva.

E) Mudanças organizacionais são sempre de curto prazo e não têm impacto a longo prazo na estrutura da organização.

44. A avaliação de desempenho é um processo importante para medir o desempenho dos colaboradores e ajudar no desenvolvimento profissional. Sobre a avaliação de desempenho, assinale a alternativa correta.

A) A avaliação de desempenho deve ser realizada apenas uma vez por ano, pois as mudanças nos resultados são muito lentas.

B) A avaliação de desempenho deve se concentrar apenas nas metas quantitativas, desconsiderando aspectos qualitativos do trabalho.

C) A avaliação de desempenho é uma ferramenta exclusiva para identificar colaboradores com baixo desempenho, não sendo útil para o desenvolvimento dos demais.

D) A avaliação de desempenho é um processo contínuo e deve ser baseada em critérios claros e objetivos, considerando tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos do trabalho.

E) A avaliação de desempenho não deve envolver o feedback dos gestores, pois a autoavaliação já é

suficiente para medir o desempenho dos colaboradores.

45. A liderança é um fator crucial para o sucesso de qualquer organização. Sobre os tipos de liderança, assinale a alternativa correta.

- A) A liderança autoritária é a mais eficaz em ambientes de trabalho criativos, pois impõe controle rigoroso sobre as atividades dos colaboradores.
- B) A liderança democrática busca a participação ativa dos colaboradores no processo de tomada de decisões, promovendo a colaboração e a inovação. Porém pode não ter resultados em curto prazo.
- C) A liderança carismática é caracterizada pelo controle rígido e centralizado, limitando a liberdade de ação dos colaboradores.
- D) A liderança laissez-faire é eficaz em organizações que precisam de uma forte supervisão, pois ela minimiza a intervenção do líder no trabalho da equipe.
- E) A liderança situacional defende a ideia de que os líderes devem adotar apenas um estilo fixo de liderança, independentemente do contexto ou das necessidades da equipe.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

46. A respeito dos mecanismos de governança na administração pública, assinale a alternativa correta.

- A) O mecanismo de liderança é exercido exclusivamente pelos ocupantes dos cargos mais altos, sendo dispensável em níveis intermediários.
- B) A conformidade e o controle interno são mecanismos alheios à estratégia, sendo aplicados apenas após a execução.
- C) A escuta ativa das partes interessadas é elemento do mecanismo de liderança.
- D) A avaliação, o direcionamento e o monitoramento são funções essenciais da governança pública.

E) A governança está restrita à alta administração federal, não se aplicando a entes subnacionais.

47. Na gestão pública orientada por resultados, o principal objetivo é:

- A) Reduzir os custos administrativos, o que maximiza os resultados, mesmo que haja precarização da qualidade dos serviços prestados.
- B) Ampliar a burocracia para garantir melhores resultados e mais controle formal sobre os processos.
- C) Obter resultados mensuráveis, com foco em eficiência, eficácia e efetividade.
- D) Concentrar decisões estratégicas no poder central do Estado, o que facilita a obtenção de resultados.
- E) Priorizar indicadores de esforço em detrimento de indicadores de impacto.

48. Assinale a alternativa que apresenta um princípio fundamental da qualidade na gestão pública.

- A) Foco exclusivo em processos internos.
- B) Atendimento das expectativas do usuário e melhoria contínua.
- C) Centralização decisória para evitar falhas na execução.
- D) Rejeição a ferramentas da iniciativa privada.
- E) Redução de custos como critério único de qualidade.

49. No modelo gerencial da administração pública, é característica marcante:

- A) Ênfase em procedimentos rígidos e centralização decisória.
- B) Superação da burocracia tradicional.
- C) Foco em resultados, descentralização e eficiência.
- D) Defesa do Estado mínimo e privatização completa dos serviços públicos.

E) Predominância do clientelismo como forma de acesso à administração.

50. O modelo de implementação de políticas públicas que parte da base para o topo é denominado:

- A) Top-down
- B) Participativo
- C) Institucional
- D) Bottom-up
- E) Direcional

51. A análise que compara diferentes alternativas de intervenção pública com o mesmo objetivo, buscando a mais eficiente, denomina-se:

- A) Avaliação de impacto
- B) Análise de custo-benefício
- C) Avaliação processual
- D) Análise de custo-efetividade
- E) Avaliação normativa

52. São instrumentos fundamentais da transparência pública, exceto:

- A) Portais da transparência
- B) Leis de acesso à informação
- C) Participação cidadã
- D) Controle social
- E) Controle por instituições transnacionais

53. Assinale a alternativa que **melhor representa** o papel dos conselhos gestores na administração pública.

- A) Órgãos consultivos com poder deliberativo apenas em políticas de saúde.
- B) Espaços de controle social e gestão democrática das políticas públicas.
- C) Estruturas voltadas à fiscalização contábil dos atos da administração.

D) Mecanismos de substituição dos órgãos de governo na tomada de decisão.
E) Conselhos criados por empresas privadas para garantir compliance público.

54. No planejamento estratégico público, a **missão** da organização deve:

- A) Expressar as metas quantitativas de curto prazo.
- B) Conter os indicadores de desempenho operacional.
- C) Definir a razão de existir da organização.
- D) Ser alterada anualmente conforme o orçamento público.
- E) Refletir as diretrizes do chefe do Executivo.

55. O conceito de **governo digital** está diretamente relacionado a:

- A) Centralização da burocracia estatal em canais digitais.
- B) Exclusão digital dos cidadãos que não utilizam meios eletrônicos.
- C) Ampliação da eficiência e transparência por meio de tecnologias da informação.
- D) Redução da oferta de serviços públicos por meio de automação.
- E) Suspensão da possibilidade de responsabilização do gestor público quando há erro sistêmico.

GESTÃO DE PESSOAS

56. Sobre a prática da Administração, diversas escolas e teorias surgiram na doutrina técnica. Entre essas escolas, uma se destacou na busca do aumento da produtividade através da atenção na higiene associado a critérios de crescimento profissional, relação interpessoal, e outros fatores motivacionais. Essa escola foi idealizada por Frederick Herzberg, e é denominada:

- A) Teoria da Capacidade Agregada;

- B) Teoria da Psicologia Organizacional;
- C) Escola dos Tempos e Movimentos;
- D) Escola 5S;
- E) Teoria dos Dois Fatores.

57. O processo de Gestão de Pessoas é essencial para o sucesso das organizações, pois envolve práticas estratégicas para obter e desenvolver o melhor grupo de colaboradores internos. Este processo é normalmente dividido em até 6 etapas fundamentais. Abaixo, estão, mesmo que fora da sequência correta, etapas desse processo – porém há uma etapa que não integra o processo de Gestão de Pessoas. A alternativa que não integra o processo referido é:

- A) Treinamento e Desenvolvimento;
- B) Remuneração e Benefícios;
- C) Retenção de talentos;
- D) Programa de Previdência Complementar;
- E) Recrutamento e seleção.

58. Existem diversas teorias motivacionais desenvolvidas por estudiosos ao longo do tempo para explicar o que impulsiona o comportamento humano. Compreender e saber lidar com essas teorias é critério muito importante a um bom gestor de pessoas. Entre as teorias está a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow, segundo a qual as pessoas buscam satisfazer necessidades em uma ordem hierárquica de 5 níveis em sequência lógica. Nesta ordem hierárquica, o terceiro nível é o das necessidades sociais. Neste sentido, a sequência correta das demais hierarquias está assim descrita na referida teoria:

- A) A primeira se refere às necessidades fisiológicas e a segunda são as necessidades de segurança;

B) A quarta hierarquia são as necessidades de segurança e a quinta são as necessidades de autoestima.

C) A quinta necessidade é de autorrealização e a quarta são as necessidades sociais, pois o enunciado afirmou de forma incorreta.

D) O enunciado está incorreto, pois as necessidades sociais representam o quarto nível, e o quinto nível de necessidades são as necessidades de segurança.

E) Considerando que as necessidades sociais sejam mesmo o terceiro nível como descrito no enunciado, então o segundo nível seriam as necessidades de segurança enquanto o quarto nível seriam as necessidades de autorrealização.

59. Na administração pública a gestão de pessoas passou a ser nas últimas décadas um ponto relevante de estudo e aplicação prática na rotina diária da administração. Assim como ocorre nas demais áreas de gestão, a gestão de pessoas também possui referências, dados e resultados que exigem avaliação e mensuração. Um dos critérios de avaliação e mensuração é o denominado clima organizacional. Sobre o clima organizacional, são elementos que integram essa ferramenta e sua correta explicação, exceto em:

A) Reconhecimento – A capacidade da empresa de valorizar e reconhecer os serviços prestados pelos colaboradores.

B) Coerência estrutural – A relação entre o ambiente de trabalho e a estrutura oferecida para a execução das tarefas.

C) Desconfiança – O nível de desconfiança entre os colaboradores e seus líderes é indicador que influencia o engajamento da equipe.

D) Infraestrutura organizacional – A estrutura física e organizacional da empresa, que impacta diretamente na produtividade.

E) Relação interpessoal – A interação entre os funcionários e a organização como um todo, afetando o clima e a cultura empresarial

60. A gestão de pessoas passou por mudanças ao longo do tempo, saindo de uma atuação mais tradicional e voltada apenas para tarefas administrativas e de controle, e passando a atuar de forma estratégica, onde os colaboradores são vistos como parte fundamental para que a organização alcance seus objetivos. Com base nessa ideia, analise as afirmativas a seguir:

- I. A gestão de pessoas com foco estratégico trabalha com o alinhamento entre os interesses e objetivos dos colaboradores e os da organização.
- II. Processos como recrutamento, seleção, treinamento e avaliação de desempenho são tratados como atividades operacionais, sem ligação com a estratégia da empresa.
- III. A motivação, o clima organizacional e o desenvolvimento de lideranças são considerados fatores importantes que contribuem para os resultados e para o sucesso da gestão de pessoas.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmativa II está correta, pois trata os processos de recrutamento, seleção, treinamento e avaliação como funções operacionais, sem ligação com a estratégia.
- B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas, pois tratam a gestão de pessoas como estratégica e destacam fatores internos como motivação e liderança que influenciam diretamente nos resultados da organização.
- C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas, pois consideram tanto o alinhamento de objetivos quanto a separação entre processos operacionais e estratégia.
- D) Todas as afirmativas estão corretas, pois cada uma apresenta aspectos verdadeiros relacionados à prática da gestão de pessoas.
- E) Nenhuma das afirmativas está correta, pois todas apresentam ideias que não condizem com o papel atual da gestão de pessoas na administração.